



GERSON PANTALEÃO / CP MEMÓRIA

1

# Natureza a preservar

SIMONE SCHMIDT

As cidades cresceram e conservar a natureza nesses espaços estrangulados por pessoas, vias e prédios fica cada vez mais difícil. Para tentar minimizar os impactos, existem as unidades de conservação (UCs), tipo de parques para proteger matas, dunas, montanhas e animais

O senso comum nos mostra há décadas o discurso de que o Brasil é um país historicamente repleto de dificuldades políticas e econômicas, mas que é exuberante em belezas naturais. O clichê em geral desanima e poucos conseguem pensar em florestas, fauna, flora e relevo como riquezas, mas é. Recentemente, em 22 de março, quando foi celebrado o Dia Mundial da Água, o país incluiu três parques naturais no grupo das mais importantes áreas úmidas do mundo, o que deverá resultar em apoio internacional em pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologias. Um desses espaços é a Estação Ecológica do Taim, na região de Santa Vitória do Palmar, no Sul do Estado. O governo federal autorizou a ampliação da área para 32 mil hectares.

A chamada lista de Ramsar — que leva esse nome em função do tratado firmado na cidade iraniana — tem agora três novas unidades de conservação brasileiras (UCs). Além do Taim, há o Parque Nacional de Anavilhanas, no Amazonas, e o Parque Nacional do Viruá, em Roraima. A certificação deverá ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano. As três novas UCs incluídas na Ramsar são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os sítios aumentam de 13 para 16 o número de áreas brasileiras reconhecidas pela convenção internacional.

A convenção sobre zonas úmidas de importância internacional estabelece mar-

cos para ações nacionais e para a cooperação entre os países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de áreas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo dos parques naturais.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, assinalou que o Brasil tem interesse em aumentar o número de sítios Ramsar. O Ministério do Meio Ambiente divulgou por meio de seu *site* ([www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)) que está desenvolvendo a estratégia de implementação da Convenção de Ramsar e dos sítios Ramsar no Brasil. O objetivo é orientar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo país, ou seja, conservação e uso racional das áreas úmidas. O documento será elaborado em colaboração com o Comitê Nacional de Zonas Úmidas e com os gestores dos sítios Ramsar.

As áreas úmidas englobam desde áreas marinhas e costeiras até continentais e artificiais. No Brasil, há manguezais, campos alagáveis, praias, veredas, várzeas amazônicas, igapós, campinarana e pantanal. Há ainda áreas irrigadas para agricultura e reservatórios de hidrelétricas. Esses espaços são importantes para a biodiversidade porque abrigam formas de vida que dependem desse ambiente. Esses locais são essenciais para anfíbios, répteis e para as aves migratórias, que também dependem do espaço para a reprodução.

1. A Estação Ecológica do Taim, na região de Santa Vitória do Palmar, foi incluída no mês passado no grupo das mais importantes áreas úmidas do mundo
2. O Parque Estadual do Turvo, na região Noroeste do Estado, poderá se transformar em geoparque após estudos técnicos que vêm sendo feitos em parceria entre comitês do Brasil e da Argentina

# Unidades de Conservação no RS



## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

1. Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda
2. Estação Ecológica do Taim
3. Ref. de Vida Silv. da Ilha dos Lobos
4. Flor. Nacional de São Francisco de Paula
5. Floresta Nacional de Passo Fundo
6. Floresta Nacional de Canela
7. Parque Nacional da Serra Geral
8. Parque Nacional de Aparatos da Serra
9. Parque Nacional da Lagoa do Peixe
10. APA do Rio Ibirapuitã

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

11. Estação Ecológica Estadual Aratinga
12. Reserva Biológica do Ibicuí Mirim
13. Parque Estadual do Delta do Jacuí
14. Reserva Biológica do Mato Grande
15. Reserva Biológica de São Donato
16. Reserva Biológica Est. Mata Paladosa
17. Parque Estadual do Turvo
19. Parque Estadual do Espigão Alto
20. Parque Estadual de Rondinha
21. Parque Estadual do Ibitirirá
22. Parque Estadual do Tainhas
24. Reserva Biológica da Serra Geral
25. Parque Estadual de Itapuã
26. Parque Estadual do Camaquã
27. Parque Estadual do Espinilho
28. APA Rota do Sol
29. APA do Banhado Grande
30. Reservado Biológica do Ibirapuitã
31. Ref. de Vida Silv. Ban. dos Pachecos
32. Parque Estadual do Podocarpus
33. Parque Estadual de Itapeva

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS

34. Reserva Biológica do Lami
35. APA Microbacia Lajeado da Cruz
36. APA Guarita-Itapeva
37. APA Lagoa Itapeva
38. APA de Riozinho
39. APA de Carará
40. APA de Osório
41. APA margem esquerda dos rios Jacuí e Taquari

## PARQUES TURÍSTICOS E OUTROS

18. Parque da Guarita
23. Parque do Caracol

## TERRAS INDÍGENAS

1. Rio dos Índios
2. Kaingang de Irai
3. Nonoai
4. Guarita
5. Nonoai/Rio da Várzea
6. Votouro
7. Guarani Votouro
8. Serrinha
9. Ventarra
10. Cacique Doble
11. Inhacorá
12. Ligeiro
13. Carreteiro
14. Monte Caseros
15. Salto Grande do Jacuí
16. Guarani da Barra do Ouro
17. Varzinha
18. Cantagalo
19. Capivari (Yryapu)
20. Coxilha da Cruz
21. Pacheca
22. Kapli Owy
23. Mato Preto

FONTE: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - FEPAM, DEFAP, FZB, IBAMA, E PREFEITURAS MUNICIPAIS, 2005 | TERRAS INDÍGENAS - FUNAI, CEPI, CURICACA

## PARQUE DO TURVO

As unidades de conservação, as chamadas UCs, devem proteger fauna, flora, matas e relevos de importância para a biodiversidade do planeta. Animais e plantas sob risco de extinção também precisam estar nessas áreas para que sejam mais bem cuidados. Se essas características de interesse internacional resultarem em atração de desenvolvimento de pesquisa no país, melhor ainda. Todos esses requisitos, juntos, são capazes de ilustrar aquilo que se denomina geoparque. A diretora do Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), Liana Barbizan Tissiani, complementa que geoparques são áreas “com características geológicas de interesse internacional”.

A área localizada no município de Derubadas, que abriga o Parque Estadual do Turvo, região Noroeste do Estado, poderá se transformar em um geoparque após estudos técnicos que vêm sendo desenvolvidos em parceria entre comitês do Brasil e da Argentina. Concluído todo o levantamento, a candidatura deverá ser encaminhada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A partir daí, é torcer pela entrada na lista da Unesco, o que dá mais visibilidade internacional e aumenta a possibilidade de recursos e apoio de organismos mundiais.

A equipe do país vizinho também contribui para a gestão do parque brasileiro. O conselho é formado por representantes do Turvo e, do lado argentino, também há membros do Parque Provincial de Moconá, que integra a Reserva do Yaboti. A explicação para a união entre os dois países é simples. Nos dois territórios, argentino e brasileiro, a natureza derrama suas águas num espetáculo que pode gerar divisas pelo crescimento do turismo ecológico. O Salto do Yucumã é um dos tantos atrativos do local no Rio Grande do Sul, assim como as quedas d'água de Moconá, em Misiones, na Argentina.

Tanta beleza tem também os seus percalços. A hidrelétrica que funciona na região cobre o salto do rio em determinadas horas do dia, quando a vazão aumenta, o que faz com que o cenário característico do parque desapareça. A alternativa encontrada, conforme explicou a secretária-adjunta do Meio Ambiente do Estado, Maria Patrícia Möllmann, foi negociar com a hidrelétrica os horários de vazão, para que nos momentos de maior visitação o salto não esteja coberto. Um trabalho de monitoramento foi iniciado para que ficasse comprovado que a cheia do rio em determinados trechos do dia não era um fenômeno natural. Hoje, o salto fica mais visível à tarde, mas o parque fica aberto ao público das 9h às 18h. “Interfere no turismo”, assinala Maria Patrícia.

## FAUNA E FLORA SOB A BATUTA DO ESTADO

As cidades cresceram e passaram a enfrentar de forma cada vez mais pesada as dificuldades relacionadas com trânsito intenso, falta de saneamento, poluição e moradias precárias. Se organizar a infraestrutura de uma localidade é uma tarefa desafiadora, desafio maior ainda é conservar a natureza nesses espaços estrangulados por pessoas, vias e prédios. Para isso existem as unidades de conservação (UCs), espécies de parques naturais com o objetivo de proteger matas, dunas, montanhas e animais dos impactos do homem. Não há consenso sobre se o modelo das UCs é o mais adequado. Essa é uma discussão longa travada há décadas por ambientalistas.

Além disso, outro gol contra a natureza está por ser marcado. De acordo com o Greenpeace Brasil, estaria em confecção uma proposta de redução desses espaços para ser encaminhada ao Congresso Nacional, todas elas no Amazonas. Inspiradas em um modelo norte-americano de parques sob controle do Estado ou de empresas privadas, as unidades de conservação foram criadas no Brasil para proteger a natureza do avanço urbano. A pergunta é se há eficiência nessa iniciativa ou não.

No Rio Grande do Sul, o Portal da Biodiversidade do Governo do Estado

CONTINUA >>



apresenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, explicando que a UC é “uma porção do território com características naturais de relevante valor, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de preservação e conservação ambiental”. Há 23 UCs estaduais, que contam com 93 servidores, e mais 26 municipais listadas no portal do governo do Estado, além de dez federais.

A definição expressa no portal lembra ainda que uma UC “é patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que provoque dano ao ecossistema protegido”. A palavra “protegido” puxa outro questionamento: a conservação desses parques estaria realmente à altura de sua importância?

Na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a secretária adjunta Maria Patrícia Möllmann e a diretora do Departamento de Biodiversidade da Secretaria, Liana Barbizan, admitem que há dois desafios importantes a serem enfrentados a curto prazo: a regularização total das áreas onde estão localizadas as UCs e a criação de conselhos com a participação da comunidade para a administração dos locais. “A Sema não faz nada sozinha”, assinala a secretária adjunta, observando que os conselhos deverão ter a participação de organismos de turismo, unidades de fiscalização, universidades, entes municipais e demais entidades interessadas que possam auxiliar nos cuidados. Atualmente, há 12 unidades com conselhos formados e em outras três esses grupos estão em formação em um total de 23.

### META É REGULARIZAÇÃO

Regularizar todas as áreas das unidades de conservação (UCs) é um desafio a ser cumprido pelo Estado, afirma a secretária adjunta do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Maria Patrícia Möllmann. O primeiro passo, acrescenta a diretora do Departamento de Biodiversidade da pasta, Liana Barbizan Tissiani, é mapear onde estão as propriedades que ainda se situam dentro desses locais de conservação da natureza. O Registro de Imóveis é a primeira ferramenta de pesquisa. Liana assinala que os proprietários são, em geral, pequenos agricultores ou criadores de animais. E essas atividades causam impacto nas UCs. Por isso é preciso encaminhar as indenizações para regularizar os espaços.

Atualmente, das 23 unidades de conservação do Estado, só sete estão regularizadas e há nove com processos de aquisição. Outras quatro têm estudos fundiários em andamento. No Delta do Jacuí, por exemplo, há um levantamento para comprovar a legitimidade dos títulos de propriedade. Dessa conta sobram quatro “Apas”, as chamadas Áreas de Proteção Ambiental, que, por lei, não precisam de regularização fundiária. As Apas estão localizadas nos municípios de Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Itati e Três Forquilhas. As primeiras duas na Serra e as outras duas nas proximidades de Torres, no Litoral Norte, no caminho entre a Serra e o mar.

A secretaria iniciou o processo de regularização fundiária no final do ano passado, quando foram feitas as primeiras aquisições de lotes de propriedades particulares no interior das UCs. Com os recursos vindos das medidas compensatórias ambientais, a Sema pôde adquirir e regularizar inicialmente 17 áreas, num total de 340 hectares, no valor de mais de R\$ 2,2 milhões. As medidas compensatórias são pagamentos feitos por indústrias, hidrelétricas, termoeletricas e construtoras de rodovias, empresas que

causam impacto por modificar a natureza ou poluir o ambiente. Por conta disso, parcela de 0,5% do investimento dessas iniciativas é repassada ao Estado, dinheiro que serve para indenizar proprietários de áreas localizadas nas UCs. “É um dos focos principais o trabalho de regularização”, reforçou Maria Patrícia.

No Parque da Itapeva, em Torres, foram regularizadas nove áreas que, juntas, somaram 44,46 hectares, o que significou investimento de R\$ 721,3 mil. Na Reserva Biológica Mata Paludosa, em Itati, foram adquiridos 30,01 hectares, um investimento de R\$ 296,9 mil. E na Estação Ecológica Aratinga, entre São Francisco de Paula e Itati, foram regularizados 264,79 hectares no valor de R\$ 1,2 milhão. Novas aquisições são previstas para este ano.

### PARAÍÇOS AINDA RESTRITOS PARA O HOMEM

Ao lado de Porto Alegre, em Viamão, há uma incontável quantidade de atrações no Parque Estadual de Itapuã, o mais visitado do Estado, que divide esse título com o Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas. Itapuã é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e abriga uma das últimas amostras dos ambientes originais da Região Metropolitana. O parque foi reaberto em abril de 2002, após ter ficado fechado por mais de dez anos para a recuperação de seus ecossistemas e para a estruturação administrativa.

O espaço destina-se à proteção das belezas e recursos naturais, em especial a flora e a fauna, e à proteção dos sítios de valor histórico e arqueológico existentes na região onde ocorre o encontro das águas do Guaíba e da Laguna dos Patos, assim denominada por biólogos por razões técnicas, entre elas a água mais salinizada, afetada pelo encontro com o mar. O espaço se desenha em um conjunto de ambientes de morros, praias, dunas, lagoas e banhados.

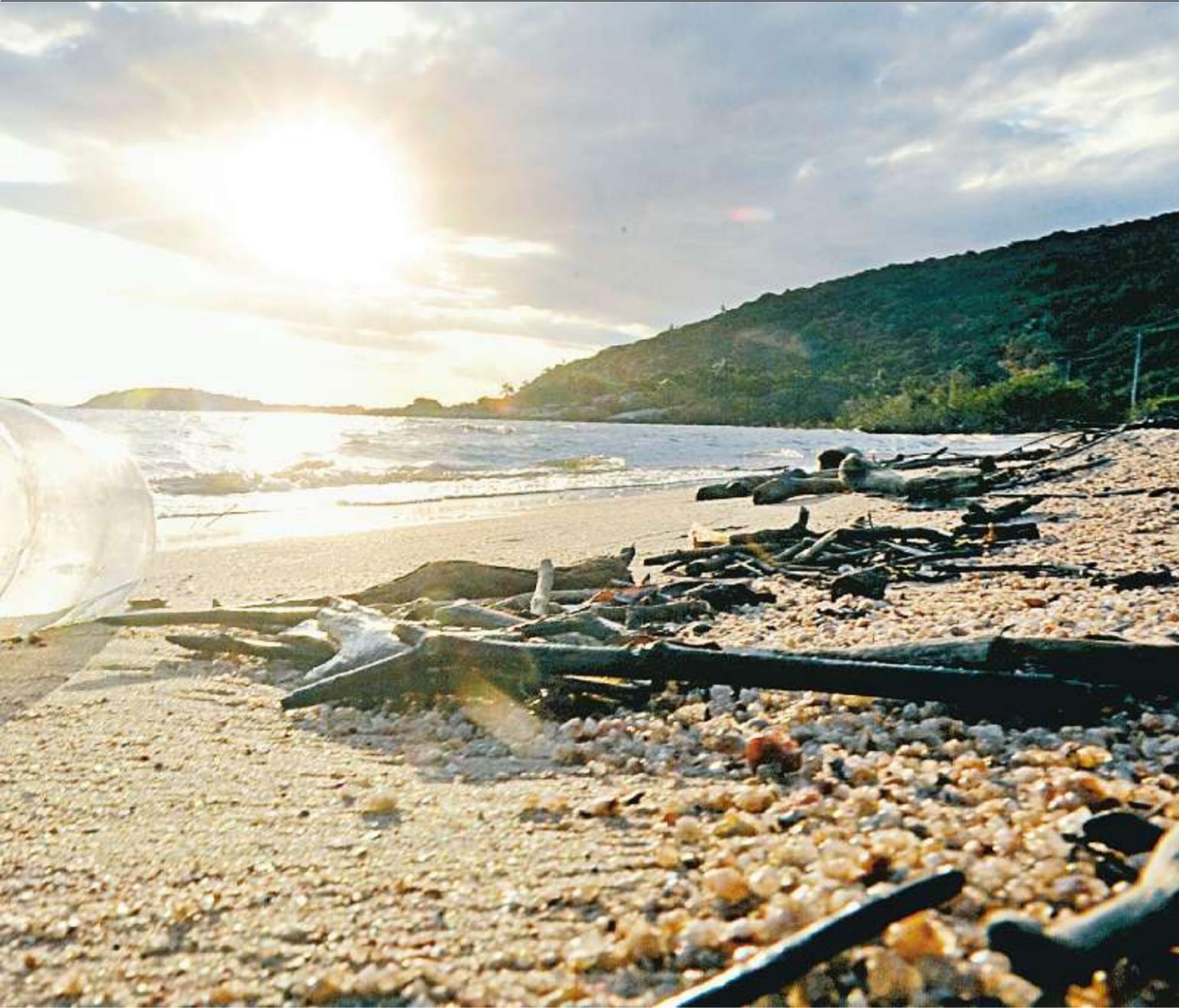
Em Itapuã, a Praia das Pombas, a Praia da Pedreira e a Praia de Fora são as três principais, mas só a primeira é aberta a banhistas. Na Praia da Pedreira, o acesso de carro é bastante difícil. Automóveis de passeio não conseguiriam completar o trajeto. Caminhonetes 4x4 são mais apropriadas para descer o caminho semelhante a um barranco. Na Praia de Fora o acesso conhecido como “caminho das pedras” é melhor, com uma pequena pista calçada, mas a dificuldade é a largura, já que dois carros não podem cruzar um com o outro. Seria preciso estipular horários de ida e de retorno.

Estradas difíceis estão entre os obstáculos para a abertura de cada uma das praias, que podem receber até 350 visitantes por dia mediante venda de ingressos. Outro empecilho está relacionado à infraestrutura, já que esses locais não têm água potável ou energia elétrica. Na Praia de Fora, linda e caracterizada pelo vento forte que vem da Laguna dos Patos, uma antiga torre com uma hélice eólica lembra que no passado, há cerca de 15 anos, um projeto de energia limpa chegou a ser cogitado, mas não realizado.

Estradas, falta de água e de luz adiam os planos de reabertura, mas a bióloga Dayse Rocha, gestora do parque, planeja para o próximo verão o funcionamento ao menos da Praia de Fora. Mesmo sem água disponível, uma experiência foi feita em alguns finais de semana do verão que passou, com um carro-pipa à disposição dos banhistas. Em 2010 também foi feita a abertura do local de forma experimental. Outro problema enfrentado pela Praia de Fora é o



Na Praia do Fora, no Parque Estadual de Itapuã, lixo vem boiando com a correnteza e vai parar nas margens. É comum encontrar garrafas e copos plásticos jogados na areia



MAURO SCHAEFER

lixo. Não o lixo jogado por pessoas, já que não há a presença humana na área, mas o material que vem boiando com a correnteza e vai parar nas margens. É comum encontrar jogados na areia tampas de garrafas e copos plásticos. A gestora Dayse conta que os objetos mais absurdos são vistos chegando por água. Dezenas de capacetes de motociclistas estão na lista inusitada e triste.

Além das três praias mais conhecidas, outras fazem parte da unidade de conservação, como a Praia das Onças. Há ainda a Ilha do Junco, a Praia do Araçá, a Praia do Sítio, a Praia do Farol e a Praia do Tigre, além da Lagoa Negra e do Bico do Pontal. Esses locais não têm visitação permitida nem previsão de abertura, já que são locais que precisam de maior defesa da fauna e da flora. Embora esses espaços de praia e banho não sejam liberados, é possível fazer trilhas. O local é considerado área intangível, ou seja, um espaço que precisa ser defendido de impactos trazidos pela ação do homem e por isso precisa reduzir a presença de população.

### PERTO DA CAPITAL, MAS LONGE DO PÚBLICO

Entre as 23 áreas do Sistema de Unidades de Conservação do Estado (Seuc), duas delas são campeãs em visitas: Itapuã, em Viamão, e ainda o Parque Florestal Estadual do Turvo, famoso pelo Salto de Yucumã, no Noroeste dos Estados. Na área, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, os visitantes são atraídos pelas praias, hoje controladas por meio de uma tolerância a um número máximo de pessoas. Após 350 ingressos vendidos ao preço de R\$ 7,22, a entrada não é mais permitida. No entanto, hoje, das três praias do Parque Itapuã, somente a das Pombas está disponível para a visitação. As praias da Pedreira e De Fora estão fechadas para o público. Uma dificuldade com a empresa privada que prestava os serviços de limpeza e conservação e seu posterior encerramento do contrato com o Estado impediram o uso de todos os locais de forma segura para o meio ambiente. Uma nova empresa já encaminha os serviços e detalhes relacionados à estrutura devem ser resolvidos.

Atualmente, Itapuã supre a falta de acesso às praias com outras atividades, já que só a das Pombas é frequentada. Há três trilhas disponíveis, orientadas por guias, condutores locais e guardas, e que podem ser feitas mediante agendamento. Escolas e universidades, além de grupos independentes e pesquisadores, são os interessados mais comuns.

Para que essas atividades se realizem, há toda uma mobilização. A parceria com condutores locais, que são pessoas da comunidade, além do treinamento que chega com o auxílio de instituições voltadas para o turismo, colaboram para que os visitantes compreendam a importância do complexo que reúne fauna e flora. “A Sema não faz nada sozinha”, ressalta Maria Patrícia Möllmann, secretária adjunta do Meio Ambiente.

Além do apoio recebido da comunidade, a secretária adjunta lembra também que as unidades de conservação dependem de verbas que vêm de 0,5% do investimento feito em indústrias, hidrelétricas, termoeletricas e rodovias, entre outros grandes empreendimentos, uma espécie de medida compensatória cumprida pelas empresas. Mesmo assim, nem sempre essas quantias

CONTINUA &gt;&gt;

## Preservação animal

MAURO SCHAEFER



**O graxaim, espécie de cachorro selvagem de porte pequeno, já não se mostra tão selvagem assim. Ele parou, curioso, na estrada para observar a reportagem**

Entre as espécies preservadas pelo Parque Estadual de Itapuã estão o bugio-ruivo, ameaçado de extinção, a lontra e o gato-maracajá. A área também é caracterizada por aves migratórias como o maçarico-acanelado e o suiriri. Circular pelo parque, entretanto, reserva mais surpresas. O chamado “caminho das pedras”, a estreita estradinha que leva à Praia de Fora, hoje fechada ao público, revela mais espécies. As capivaras, por exemplo, passeiam tranquilas e não se incomodam muito com a presença humana. Elas não chegam a se assustar com motor do carro ou com a câmera fotográfica, mas com o tempo vão saindo de mansinho. Mais ariscos, os tatus espiam à beira da pista e voltam correndo para a mata. O graxaim, espécie de cachorro selvagem de porte pequeno, já não se mostra tão selvagem assim. Vem para o meio da estrada e olha curioso para o grupo, que trata de estacionar o carro antes que ele suma. Esse bom relacionamento vem sendo construído há algum tempo. A bióloga e gestora do Parque Itapuã, Dayse Rocha, explica que a presença de pesquisadores na área é grande. Esse contato talvez possa explicar a aproximação de algumas espécies. Dayse explica que universidades como Ufrgs, PUCRS, Unisinos e Furg mantêm pesquisas no local. Em uma das passagens pitorescas, Dayse relembra as armadilhas feitas para os graxains por pesquisadores, que capturam os animais e depois de feito o estudo os devolvem à mata. A dificuldade é que as tais armadilhas ficam conhecidas pelos graxains, que conseguem tirar a comida de dentro da gaiola sem serem presos. A esperteza do bichinho obrigou os cientistas a refazerem os planos. Pesquisa em Itapuã é um eterno repensar.

permitem “folga” na administração. Empresas de vigilância patrimonial auxiliam na tarefa de guarda, na tentativa de compensar essa falta.

### COMUNIDADE AUXILIA

Seis mil estudantes, desde o ensino fundamental até a pós-graduação de instituições públicas e privadas, costumam passar por Itapuã anualmente. E entre visitas, trilhas, educação ambiental e trabalho profundo de pesquisa, é preciso aproximar a comunidade da unidade de conservação, justamente para que a proteção do ambiente seja um pensamento único e não se restrinja só à área de 5.566 hectares, mas também alcance o entorno e, se possível, a cidade e o Estado.

A bióloga Dayse Rocha, gestora do parque, assinala que nem sempre é fácil mostrar às pessoas a importância do local, já que a sua conservação afeta a renda daquela comunidade. O granito, por exemplo, que décadas antes era extraído dos morros, sustentava famílias, e alguns moradores mais antigos ainda lembram disso e se entristecem. Por isso, acrescenta Dayse, é importante criar formas de a população local estreitar a convivência com a vegetação, a praia e os animais, ajudando a protegê-los, mas sem deixar de incentivar essas pessoas a buscarem opções de renda.

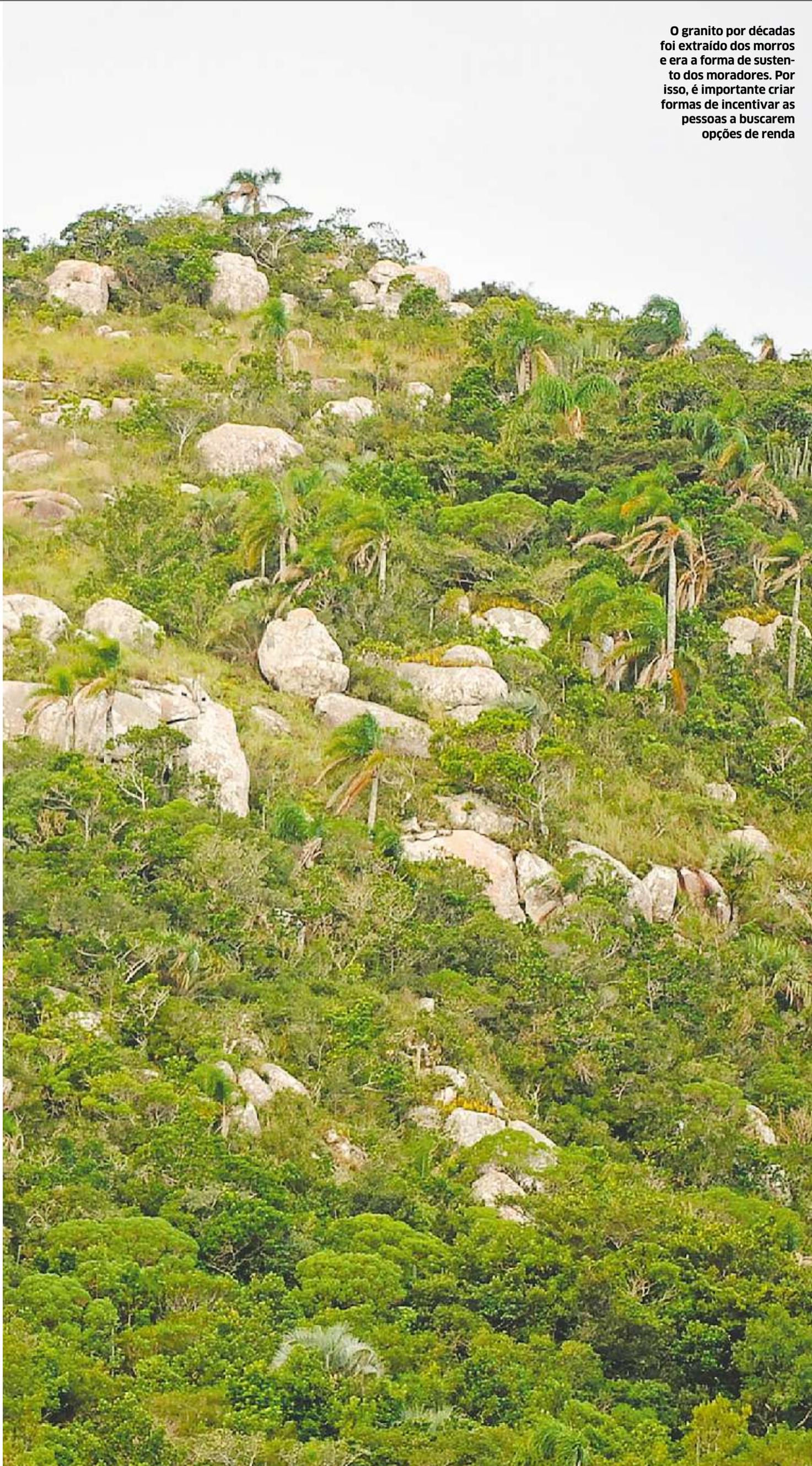
O treinamento dos condutores locais, por exemplo, é uma dessas alternativas de trabalho. Pessoas da comunidade que já conhecem a mata são treinadas pela administração do parque para levar os visitantes por trilhas, revelando recantos e espaços que não são percebidos numa visão geral. A taxa de R\$ 15,00 por pessoa é uma forma de auxiliar o sustento de moradores que fazem o curso.

Em outra iniciativa, eventos pontuais são organizados. O Ecovela, por exemplo, realizado na Praia de Fora, reuniu praticantes do esporte, o que reverteu em alimentos para o grupo indígena que vive nas proximidades. O ingresso cobrado custava dois quilos de itens não perecíveis. O mesmo ocorreu com o Festival de Pipa.

Além de aproximar a população e a natureza pela conscientização e pelos eventos, há necessidade ainda de fazer com que essas pessoas venham efetivamente ao parque, superando também a distância física. Dayse conta que mora no parque com o filho Fernando, de 7 anos, e a filha Caroline, 22, aluna de Dança na Universidade Estadual (Uergs) em Canoas. “É tudo muito longe. A vila Itapuã, que é o local mais perto, fica a 10 quilômetros daqui”, assinala a gestora. Para superar a distância física foi preciso buscar alternativas. Para isso, Dayse se entrosou com professores e alunos da Escola Estadual Genésio Pires, na região da vila, ministrando oficinas de teatro e educação ambiental, e assim divulgando a fauna e flora de Itapuã.

O hábito de incutir a conscientização não é de hoje na vida da bióloga. Antes de ser nomeada no concurso que a trouxe para o Rio Grande do Sul, em 2007, já grávida de Fernando, a sergipana de 46 anos morava em Pirambu, naquele estado, e atuou por 17 anos no projeto Tamar, voltado à defesa das tartarugas.

“Eu vim do mar, mas me apaixonei por esse lugar”, relembra Dayse, apontando, do alto do morro, a vista da Laguna dos Patos e da Praia de Fora. A bióloga conta que já teve oportunidade de transferência para outros locais, mas declinou.



O granito por décadas foi extraído dos morros e era a forma de sustento dos moradores. Por isso, é importante criar formas de incentivar as pessoas a buscarem opções de renda